

ESPECIAL

# Na luta da PT Constituinte

Encarte do boletim PT na luta da Constituinte - nº 3 - 03 de setembro de 1987

## TEMAS POLÊMICOS A NOSSA POSIÇÃO

**A partir de proposta da bancada do PT, encaminhada pelo deputado Plínio Arruda Sampaio, a Constituinte instituiu o debate dos temas mais importantes. Foram nove sessões extraordinárias, entre os dias 4 e 20 de agosto, em que se evidenciaram as diversas posições. Nossos deputados analisaram as questões em debate e apresentaram as propostas do PT.**

Cercado de expectativa e da rara atenção do plenário, o discurso do Lula em defesa dos direitos dos trabalhadores, na sessão temática do dia 12 de agosto, definiu as exigências básicas da classe trabalhadora, ressaltando a redução da jornada para 40 horas, a estabilidade no emprego, a liberdade e autonomia sindical e o direito de greve.

O líder do PT alertou os constituintes para a responsabilidade de todos quanto às decisões que irão tomar: "Chegaram hoje emendas com milhões de assinaturas de trabalhadores reivindicando seus direitos. Penso que cada um de nós entenderá o significado disso, porque se não formos bons entendedores, acabaremos de elaborar a Constituição a 15 de novembro, e no dia 16, o povo estará passando por cima dela".

Para que a futura Carta seja aceita pela sociedade, segundo Lula, "nenhum segmento social poderá impor o <r lhe imeress, porque a Consti uinte é coletiva t tem que considerar o que pensam 140 milhões de órasileiros".

O presidente do PT lembrou<sup>1</sup> que a estabilidade após dez anos no emprego foi substituída pelo FGTS durante o regime militar, "exatamente no momento em que as indústrias automobilística atingiriam dez anos nt "Lasil e seus trabalhadores conquistariam, portanto, a estabilidade. (...) O FGTS que veio para ser a guarida para a família do trabalhador, está criando hoje muito mais incertezas (...) Ao invés de construir casas para trabalhadores, está construindo mansões em Brasília (...) Cada centavo que



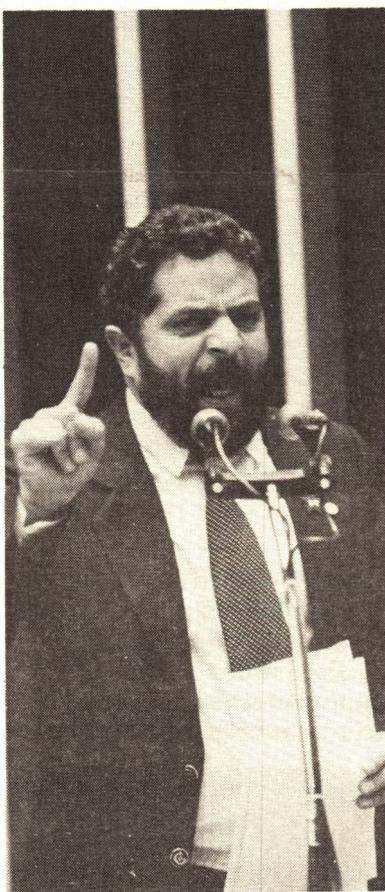
André Dusek/Agil

### DIREITOS DO TRABALHADOR

**Lula reafirma exigências fundamentais da classe trabalhadora: a jornada semanal de 40 horas, a estabilidade no emprego, o direito de greve e a plena liberdade e autonomia sindicai.**

o empresário contribui com o FGTS, repassa para o custo do produto, e quem começa a pagar tudo de novo é o conjunto da classe trabalhadora".

Lula revelou o resultado de um levantamento na indústria automobilística, segundo o qual, "em apenas dez anos, esse setor que está hoje com 125 mil trabalhadores,



Luiz Inácio Lula da Silva

conseguiu dispensar 197 mil contra 200 mil admitidos. Ou seja, em dez anos, promoveu uma rotatividade de mão-de-obra uma vez e meia seu efetivo".

"Ninguém está reivindicando emprego vitalício", esclareceu Lula. "O que queremos é tirar o poder unilateral do empresário dispensar

o trabalhador.(...) Se houver de verdade uma crise econômica que obrigue a empresa a demitir, aí entra o seguro-desemprego, não de 50% do miserável salário mínimo, mas de 70 a 80% daquilo que o trabalhador recebia quando estava na sua função."

Ao defender as 40 horas, Lula argumentou: "a redução da jornada seria algo pernicioso se tivéssemos mais oferta do que procura de emprego, mas o que temos é muito mais procura do que oferta". Citou países que "encontraram na redução da jornada a possibilidade de que outras pessoas adentrassem ao mercado de trabalho", como o México, Argentina, Paraguai e Peru, que, entre outros, "já reduziram para 40 horas a jornada semanal". E perguntou: "A França, com 39 horas, a Alemanha Ocidental, com 38 horas e 30 minutos, e a Noruega, com 33 horas e 24 minutos; esses países ficaram mais atrasados do que o nosso Brasil?"

O dirigente petista também criticou manobras contra as 40 horas e a estabilidade, por parte de empresários cuja mentalidade "é igual à mentalidade empresarial do começo da industrialização na Inglaterra". Lula denunciou que "estão armando cobaias para, através da imprensa, destruir nossas reivindicações". Nesse sentido, citou as declarações de empresários elogiando os sindicalistas Luís Antonio Medeiros e Rogério Magri (contrários à estabilidade). Um dos empresários, Júlio Lobos, ao ser perguntado porque estava do lado desses dois sindicalistas, respondeu: "porque sou empresário e eles estão defendendo meus interesses".

"A educação popular e a reforma radical da educação estão vivas e constituem uma avançada na relação dos trabalhadores e dos oprimidos com a transformação da sociedade brasileira. Por isso, o ensino público crescerá com a democracia. Os dois são interdependentes. Um fortalece a outra (e vice-versa). Se a Assembléia Nacional Constituinte falhar, ela falhará como fator de catalização e impulsão da revolução democrática. Se isso acontecer, os trabalhadores e os oprimidos saberão conduzir a reforma radical na educação, a reforma agrária e a reforma urbana como os pilares da revolução democrática e da criação de uma sociedade nova no Brasil."

Com estas palavras, Florestan Fernandes avaliou a questão da educação na Constituinte, como representante do PT na sessão extraordinária que discutiu este tema. Ele apresentou, também, a proposta do Partido dos Trabalhadores com relação à educação: "Ele (o projeto de constituição do PT) consagra o princípio geral: ensino público gratuito e obrigatório, estipulando que 'O ensino é dever do poder público, devendo ser prestado de forma gratuita em todos os níveis'. Fixa o limite deste ensino entre os seis e os 16 anos. Incluindo na gratuidade o material escolar e a alimentação básica indispensáveis, e estendendo a contribuição do poder pú-



## EDUCAÇÃO

**"Os trabalhadores e os oprimidos saberão conduzir a reforma radical na educação, um dos pilares da revolução democrática e da criação de uma sociedade nova no Brasil"**



Florestan Fernandes

A questão da reforma urbana foi analisada pela deputada Irma Passoni (PT-SP), que denunciou o agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras. "Solidamente instalado entre nós, o capitalismo selvagem pôs em marcha uma máquina diabólica que se nutre do sangue a da carne das populações periféricas", disse Irma.

"Diante do quadro de inchaço desordenado das cidades, o que vemos é a absoluta indiferença do poder público e mesmo deste Congresso Constituinte, que, até aqui, não se dignou sequer a adotar alguma medida paliativa para o verdadeiro drama urbano que vivemos", prosseguiu Irma Passoni, explicando em seguida que as raízes da tragédia urbana estão no campo:

"É a absurda concentração de terras em poucas mãos que tem funcionado como fator permanente de êxodo rural, jogando diariamente milhares de párias nas áreas vazias das grandes cidades. A resposta das autoridades públicas, na Nova como na Velha República, é sempre a mesma: manda a polícia intervir. Esta política brutal, que recusa a reforma agrária, tortura, expulsa e mata lavradores, é responsável pelo fato espantoso de ter o Brasil hoje 10 milhões de migrantes permanentes."

A especulação imobiliária dita as regras da política urbana, acres-



## REFORMA URBANA

**"O capitalismo selvagem pôs em marcha uma máquina diabólica que se nutre do sangue das populações das periferias/ denunciou Irma Passoni ao pedir a reforma urbana"**



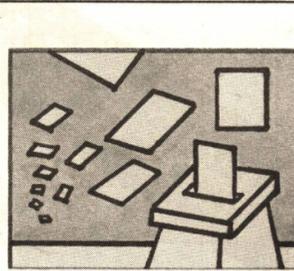
Irma Passoni

blico à manutenção de creches e de escolas maternas para menores de seis anos. Por outro lado, opôs-se à transferência de recursos públicos para as escolas privadas, limitando a manutenção de provimentos concedidos atualmente a fundações e associações sem fins lucrativos até dez anos após a promulgação da carta magna. Acolhe, também, sob forma claramente democrática, a vigência do plano nacional de educação e fixa as condições para sua viabilidade".

Florestan Fernandes endossou, também, na sua exposição, o enunciado dos princípios da campanha nacional em defesa da escola pública e gratuita para todos. O representante do PT declarou que, a seu ver, existem três conjuntos de prioridades pedagógicas que deveriam ser a fonte das novas normas constitucionais: "19 - a constituição deve garantir a todos igualdade efetiva das oportunidades educacionais como norma imperativa e auto-aplicável"; "29 - a constituição deve tomar a si uma orientação firme na formulação de valores que não foram incorporados do exterior"; "39 - é urgente que assumamos o caminho de nossa autoemancipação pedagógica em escola nacional. A pedagogia do oprimido e Paulo Freire fornecem um bom exemplo de que somos capazes de uma produção pedagógica apta a transformar o mundo".

centou Irma, com várias consequências nefastas, entre as quais: a existência de vastas áreas urbanas desocupadas entre diferentes aglomerações construídas, encarecendo e às vezes inviabilizando as obras de infra-estrutura urbana; formação de verdadeiras máfias do loteamento clandestino; realização de investimentos públicos na valorização de áreas privadas; níveis insuportáveis de poluição ambiental; rápida deterioração de áreas construídas, gerando o fenômeno dos cortiços; aluguéis altíssimos, provocando favelamento; uso do FGTS dos trabalhadores, que deveria servir para financiar uma efetiva política habitacional popular, em benefício de grandes empresas construtoras e especuladoras, que manipulam o dinheiro e promovem falências protegidas por segura impunidade.

As propostas do PT para a reforma urbana foram então citadas por Irma: reconhecimento dos direitos urbanos a todo cidadão, incluindo o acesso à moradia, ao transporte, aos serviços e equipamentos públicos; vinculação do direito de propriedade ao interesse social na utilização dos imóveis urbanos; participação popular nos planos e orçamentos a nível local, e na gestão e controle dos serviços públicos; criação de instrumentos de política urbana que tomem efetivo o exercício dos direitos dos cidadãos.



## SISTEMA ELEITORAL E VOTO DISTRITAL

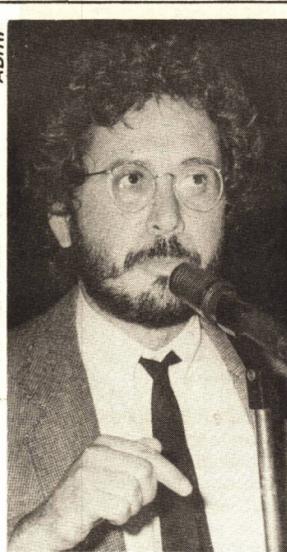
**Paulo Delgado destacou a importância de um sistema eleitoral democrático, e contestou o voto distrital, que procura restringir a representação parlamentar das correntes minoritárias**

Coube ao deputado Paulo Delgado (PT-MG) expor as posições do nosso partido quanto ao sistema eleitoral e ao voto distrital, na sessão extraordinária da Constituinte que debateu o assunto. Paulo Delgado destacou a importância dessa questão, afirmando que "mais do que o mecanismo aritmético pelo qual se dá a conversão dos votos em cadeiras parlamentares, o sistema eleitoral é mesmo o espelho da democracia que praticamos".

Nesse sentido, Paulo Delgado manifestou as dúvidas e apreensões do PT diante desta nova tentativa de se alterar as regras eleitorais, particularmente no caso da adoção do voto distrital misto. "Querem percorrer o caminho inverso do percorrido pelas democracias ocidentais, se postando na contra-mão da história, fazendo regredir e amesquinhar o sistema eleitoral do país. A tendência democrática mundial é a evolução do voto distrital majoritário para o voto proporcional, e não o inverso" - sustentou Paulo Delgado em seu pronunciamento.

"O que precisamos" - prosseguiu Paulo Delgado - "é aperfeiçoar o sistema proporcional, e nos debruçarmos sobre a necessária estabilidade das instituições democráticas, ao invés de nos preocuparmos tanto com a estabilidade de governos eventuais, que contribuiriam mais para a democracia se viessem a cair do que permanecendo no poder."

Para ser democrático, o sistema eleitoral deve refletir o colorido pluri-ideológico dos diver-



Paulo Delgado

sos setores de opinião presentes numa sociedade de classe como a nossa, observou Paulo Delgado. E o voto distrital busca, exatamente, restringir a representação parlamentar das correntes minoritárias.

"O sistema proporcional não somente assegura maior justiça na disputa entre os partidos políticos, como respeita a representatividade das distintas correntes de opinião e, podemos dizer, a vontade plural dos eleitores, permitindo assim o multipartidarismo. Nós, do PT, entendemos que o distrito eleitoral deve ser o Estado, para a correta expressão da proporcionalidade. Distritos menores que o próprio Estado despolitizam a manifestação do eleitor" - disse Paulo Delgado.

Paulo Delgado defendeu também uma mudança nos critérios da distribuição de cadeiras parlamentares pelos diferentes estados, de forma a superar as atuais distorções, que privilegiam os estados de menor população em detrimento dos mais populosos. "Apenas para exemplificar: o estado de São Paulo tem hoje cerca de 25% da população brasileira, e apenas 12% (60 cadeiras) das vagas na Câmara dos Deputados." E defendeu também um Congresso unicameral, com a extinção do Senado, que, conforme disse, "é uma Casa conservadora justamente pelo mecanismo do voto distrital, que coloca lá três senadores por estado, independente da extensão, da população e do número de eleitores de cada um deles."

**Constituinte sem povo não cria nada de novo**

"O projeto de constituição apresentado pelo PT defende o presidencialismo com fortalecimento do papel político do Legislativo e com redução e controle dos poderes do presidente da República. Prevê mandatos presidenciais de quatro anos, com eleições diretas, livres, participativas, politizadas". Assim, José Genoíno falou em nome do PT na sessão extraordinária sobre "Presidencialismo X Parlamentarismo". Imediatamente a essa afirmação, Genoíno declarou que "a concepção presidencialista de meu partido é inseparável da exigência de eleições diretas-já".

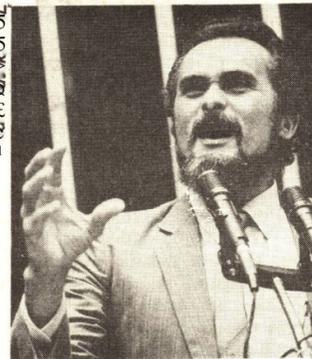
Genoíno lembrou que a opção pelo presidencialismo leva em conta "as características políticas da sociedade brasileira e sua formação histórica, a cultura política de nosso povo e as grandes disputas políticas do momento atual. Essa opção o PT faz de dentro do campo dos trabalhadores, buscando o amadurecimento e o desenvolvimento político das lutas sociais num sentido que possibilite ir enfraquecendo a hegemonia dos dominantes e que dê aos dominados melhores condições de acúmulo de forças."

O vice-líder do PT detecta a "densidade" que cerca a Presidência da República. "Por isso, as eleições presidenciais diretas tomaram-se um tormento histórico para nossas elites. É muito diferente votar para Presidente e votar em eleições par-



## REGIME DE GOVERNO

**O vice-líder José Genoíno defendeu a posição do PT que é favorável ao presidencialismo com eleições diretas e com o fortalecimento do Poder-Legislativo**

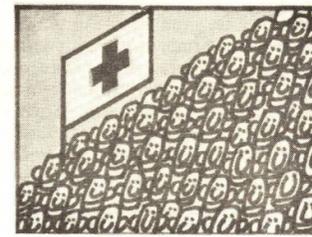


José Genoíno

"N Brasil, o dinheiro para a saúde é quase nenhum". Assim o deputado Eduardo Jorge (PT-SP) começou seu discurso sobre o tema da saúde. Denunciou Eduardo que, embora se diga que os gastos com o setor alcancam 3,7% do PIB, há dados que mostram estar esse índice hoje por volta de 1,9%. E o mais grave é que, ao invés de melhorar, os serviços de saúde estão piorando, estão diminuindo. "O Ministério da Saúde está se desmilitarizando, e o fato é que o Brasil precisa de muito mais verbas para a saúde do que as que tem hoje", disse ele.

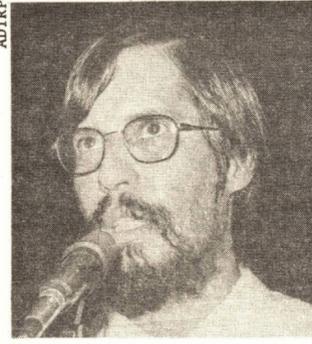
Eduardo Jorge defendeu alguns princípios básicos relativos ao tema. O primeiro é o de que a saúde seja considerada um direito do cidadão e um dever do Estado. Isso implica na universalização dos serviços, isto é, na montagem de um sistema capaz de atender a toda a população. Para isso, é necessário descentralizar os serviços, já que o sistema atual, altamente centralizado, penaliza de forma absurda e imoral o Norte/Nordeste, assim como as periferias das grandes cidades.

"Na área da saúde, o sistema privatizado, que segue as regras de mercado, não funciona, e se opõe aos princípios da descentralização, homogeneização, universalização



## SAÚDE

**"A falta de recursos mostra a falta de respeito que o governo tem pela saúde da população/Eduardo Jorge denunciou a deterioração dos serviços de saúde."**



Eduardo Jorge

lamentares. Historicamente, os pleitos presidenciais desencadearam intensos processos de mobilização e de pressão popular sobre as questões de governo."

Genoíno esclareceu que o presidencialismo defendido pelo PT pressupõe o exercício pleno da democracia representativa, com o controle do poder civil sobre as Forças Armadas e o respeito às prerrogativas do Parlamento. Mas pressupõe também "o desenvolvimento da democracia direta, exercida pela fiscalização, pela sociedade organizada em partidos, sindicatos, nas ruas e nas praças públicas".

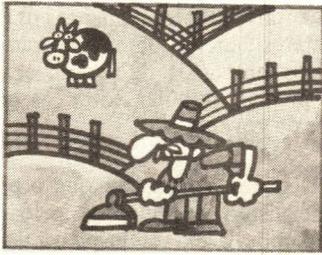
Com relação ao parlamentarismo, Genoíno destacou que a sua introdução em nosso país serviria como um fator de amortecimento das pressões populares em relação ao poder, por ter a propriedade de diluir as responsabilidades de quem é governo.

Finalizando, o representante do PT deixou claro que o ideal do partido "não é simplesmente a democratização do exercício do poder ao nível exclusivo das próprias elites, mas sim abrir, para os de "baixo", canais de amadurecimento, explicitação e desenvolvimento de sua luta de classe independente".

e equidade no atendimento", declarou Eduardo Jorge. Assim, o PT defende a proibição de repasse de recursos públicos para serviços privados de saúde com fins lucrativos. Outro princípio importante, acrescentou ele, é o da participação e controle popular sobre o sistema de saúde, princípio este esquecido até aqui pelos constituintes.

Para Eduardo Jorge, o sistema de saúde tem que ser unificado, colocado sob um comando único, de maneira a evitar que prossiga a atual situação, na qual vários ministérios brigam para ver quem manda no setor. "Tem que haver um sistema unificado, racional, hierarquizado, regionalizado, que dê referência e contra-referência, porque hoje o paciente é jogado como uma bola, de um lado para o outro. É necessário um sistema que tenha um atendimento integral, porque hoje o paciente é cortado aos pedaços: a cabeça é aqui, a ginecologia é ali, a medicina preventiva é acolá. O paciente é partido em mil pedaços, não há um atendimento integral que vá da promoção à proteção, à recuperação e à reabilitação".

Eduardo mencionou também as propostas do PT relativas a segurança social, que, conforme nosso projeto, deve ser monopólio do poder público.



## REFORMA AGRÁRIA

**Plínio denuncia a violência no campo e diz que, sem a imissão imediata da posse dos imóveis desapropriados, não haverá reforma agrária**

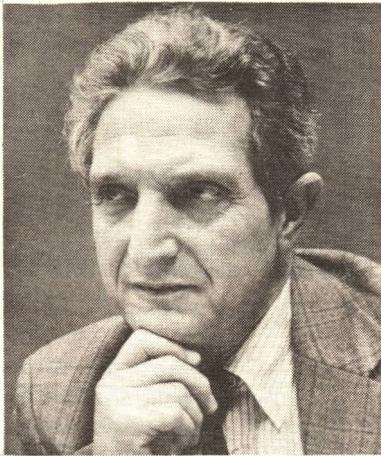
**E**xiste um ponto, na questão da reforma agrária que é inegociável: a imissão imediata pelo INCRA da posse dos imóveis desapropriados". Com essa afirmação, Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) definiu a posição do partido com relação à negociação na questão agrária, — deixando claro que esta Constituinte não irá fazer uma reforma agrária socialista, mas que precisamos de uma fórmula que garanta a reforma agrária.

O vice-líder do PT, na primeira parte de seu discurso, fez um paralelo entre a situação de 1964 — quando um grupo de parlamentares do qual ele participava exigia a reforma agrária — e a situação de hoje. As comparações são surpreendentes:

- em 1964, 5% dos maiores proprietários do Brasil controlavam 67% da área apropriada; em 1985, 5% passam a controlar 70% da área, ou seja, não mudou a concentração de renda, não mudou a concentração agrária, não mudou a miséria da população rural;

- em 1962, 15 pessoas haviam sido assassinadas na luta pela terra; 25 anos depois, em 86, 282 foram mortas pelo mesmo motivo e, neste ano, só no primeiro semestre, já se

Sônia Lima/AGIL

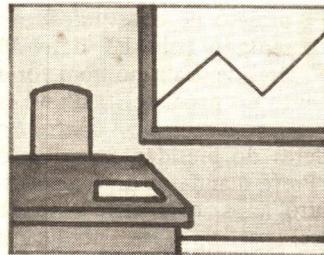


Plínio de Arruda Sampaio

registram 217 assassinatos no campo;

— nestes 25 anos, o Brasil experimentou a proposta de fazer a transformação no campo pela via da modernização tecnológica e da tecnificação da agricultura. Essa política foi baseada no subsídio ao grande capital agrícola e na exploração do homem do campo.

Diante desta situação, Plínio reafirmou que "a reforma agrária que estamos propondo, agora, é uma reforma agrária basicamente para assegurar a democracia, para eliminar, em prazo razoável a pobreza que envergonha nossa pátria; para permitir um crescimento equilibrado que não agrida a natureza, que não agrida o índio, não agrida o trabalhador rural. E esta não é a reforma agrária que está contida no texto do projeto de constituição. O que está no texto", denuncia Plínio, "são normas que não permitem a reforma agrária, é um embuste, uma armadilha; é a hipocrisia e a falta de coragem daqueles que não querem uma reforma agrária, mas não se atrevem a subir à tribuna para dizer que não a querem, que não é preciso fazer uma reforma agrária neste país."



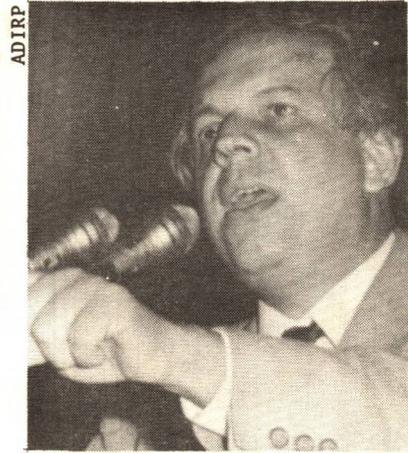
## ORDEM ECONÔMICA

**A propriedade não pode estar acima do interesse coletivo. Vladimir Palmeira sustentou esta tese e defendeu a redução das desigualdades.**

**U**ma ordem econômica moderna baseia-se no trabalho. E tem como função central reduzir as desigualdades básicas e preservar o meio ambiente. Isto implica imediatamente ordenar de alguma forma o crescimento econômico. Fazendo isso, limitamos o direito de propriedade. A propriedade privada não pode estar acima do interesse coletivo." Assim o constituinte Vladimir Palmeira expressou a posição do PT no debate sobre a ordem econômica.

O deputado do PT defendeu a necessidade da desapropriação por interesse social ou utilidade pública paga com títulos da dívida agrária, quando o seu objetivo for realizar a reforma no país. Sem isso, segundo Vladimir "transformaremos a reforma agrária em uma nova oportunidade de investimento para o capital estrangeiro".

Quanto ao papel do Estado, a posição do representante do PT foi muito clara: "Nossa função é definir o Estado como agente econômico, definindo suas funções gerais e garantindo-lhe um mínimo de intervenção, associada à soberania nacional ou ao funcionamento central da economia. É assim que aparece necessária a estatização dos setores financeiros, das telecomunicações,



Vladimir Palmeira

da exploração dos minerais estratégicos". Ainda sobre a função do Estado, Vladimir Palmeira lembrou que os mesmos defensores da livre iniciativa, sem o controle do Estado, são os primeiros a correr para o governo em busca de subsídio quando seus lucros diminuem um pouco.

Com relação às empresas estatais, o constituinte petista defendeu que sua criação e extinção devem ser objeto de deliberação parlamentar; devem ser fiscalizadas pelo Congresso Nacional e os trabalhadores destas empresas devem participar de sua direção.

Vladimir criticou o conceito de empresa nacional definido na Comissão da Ordem Econômica, que "permite às filiais das multinacionais receberem privilégios. Empresa instalada no país não é necessariamente nacional. A experiência mostra que, mesmo com capital minoritário, as empresas estrangeiras podem controlar uma empresa nacional. Colocamos a necessidade do controle". Concluindo, o representante do PT defendeu que as riquezas minerais do Brasil só possam ser exploradas por empresas nacionais, e que exista reserva de mercado e controle tecnológico para setores de tecnologia de ponta.



## UNIÃO ESTADOS E MUNICÍPIOS

**Vítor Buaz defende a descentralização do poder e a participação popular. Virgílio Guimarães, falando no horário cedido ao PT, pelo PC do B, propõe a criação de conselhos metropolitanos.**

**S**representante do PT que discursou na sessão temática acerca da "União, Estados e municípios", Vítor Buaz (ES) defendeu, basicamente, duas propostas: a descentralização do poder e a participação popular.

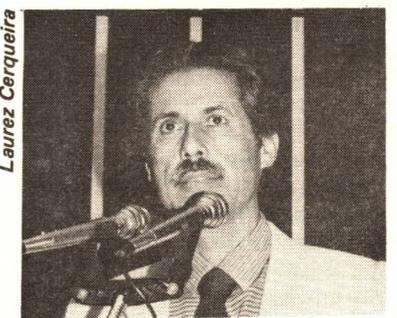
Hoje, a situação de inchaço nos centros urbanos — decorrente do êxodo rural — não permite à população trabalhadora viver com dignidade. A solução apresentada por Vítor Buaz, "é uma reforma agrária sob o ponto de vista de quem trabalha na terra". Junto com isso, "é preciso buscar medidas administrativas que aumentem a representatividade aos municípios e que a população, organizada através de Conselhos populares, participe e intervenha na decisão das prioridades de aplicação dos recursos públicos", sos puoncos".

Com relação à criação de novos estados, "o PT, a princípio, é favo-

rável por permitir uma melhor administração do país. No entanto, o partido também entende que é necessário a população estar envolvida e ter o poder final de decisão sobre esta questão, disse Vítor.

Outra proposta do PT com relação às administrações municipais foi levantada pelo constituinte Virgílio Guimarães (PT/MG) que lembrou que hoje 1/3 da população brasileira vive nas regiões metropolitanas. Por isso defendeu a criação de "um conselho metropolitano, reunindo representantes das câmaras de vereadores de cada município integrante de uma região metropolitana com o objetivo de planejar ações comuns". Dois elementos foram considerados, principalmente, por Virgílio, para justificar esta proposição: a existência de cidades dormitórios e o sistema integrado de transportes.

Laurez Cerqueira



Vítor Buaz

ADIRP



Virgílio Guimarães